

BALANÇO PATRIMONIAL

Carta Patente 330.0599/76 CNPJ 34.270.520/0001-36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 do Banco IBM S.A. com as respectivas Notas Explicativas e relatório dos auditores independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com objetivo de atenuar as normas do Banco Central do Brasil. 1. Atividades: A principal estratégia e missão do Banco IBM S.A. é oferecer ao mercado um portfólio vasto de serviços financeiros, totalmente customizados para financiamento de equipamentos, software e serviços IBM através de todos os canais de vendas do Banco IBM, bem como produtos de TI não IBM. O Banco IBM S.A. diversifica seu portfólio incluindo operações como aplicação de DI, empréstimos e financiamentos, voltados para investimentos em tecnologia de informação dos seus clientes. 2. Cenário Econômico: É aguardada a manutenção de leve recuperação econômica no próximo semestre. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou inflação no exercício de 2,94%. O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) acumulou deflação de -0,42% no ano de 2017. 3 - Desempenho Operacional: Em 31 de dezembro de 2017, o Banco IBM S.A. apresentou um patrimônio líquido de 458 milhões de reais. O valor presente do montante líquido em dezembro de 2017 foi de R\$ 458 milhões. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 apresenta um balanço patrimonial com 3.337 milhões de reais no final do semestre. Consoante a estratégia de Administração o lucro líquido auferido no período deverá adicionar os lucros acumulados no exercício que serão adicionados às reservas estatutárias e legal, respeitados os limites da regulamentação.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018. A Administração.

Table with 2 main sections: BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) and DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto lucro por ação). Includes sub-sections like CIRCULANTE, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO, EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, and detailed income statement items.

Table with 2 main sections: DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais) and DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais). Includes sub-sections like Reservas de Lucros and Atividades operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco IBM S.A. ("Banco"), sociedade subsidiária integral da IBM Participações Ltda. ("IBM Participações"), tem como objetivo principal financeiro, mediante operações de crédito e de arrendamento mercantil, clientes interessados na aquisição de produtos de tecnologia de informação, incluindo celulares, computadores, impressoras, máquinas e outros bens de consumo. O Banco opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de arrendamento mercantil e de investimento, sendo os recursos utilizados para tais operações captados substancialmente com a emissão de títulos de renda fixa e outros instrumentos financeiros emitidos por essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa razoavelmente absorvidos segundo políticas do grupo, tendo em vista a praticabilidade e a conveniência de serem atribuídos às empresas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2018. 2. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com base nas normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil ("BCB/CVM"). A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a administração, em conjunto com o departamento de contabilidade, mantenha registros contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os instrumentos financeiros derivativos, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, provisão para imposto de renda, ativos fiscais e outros similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores originalmente registrados. Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e são quanto de fato aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são: • Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 25); • Res. 3.604/08 - demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03); • Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 5); • Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); • Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24); e Res. 3.989/11 - pagamento baseado em ações (CPC 07). • Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro (CPC 23); • Res. 4.144/12 - estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (Pronunciamento conceitual básico R1), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN. • Res. 4.424/15 - benefícios e empregados (CPC 33) • Res. 4.528/15 - efeito marcante de mudança de câmbio conversão das demonstrações contábeis (CPC 02 - R02). • Res. 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 - R01). • Res. 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27). Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização de tais normas resultará em impacto significativo para a demonstração financeira. (a) Ajuste do resultado: O resultado é ajustado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método proporcional, exceto aquelas relativas a títulos de renda fixa, cujo reconhecimento no resultado ocorre quando são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. (b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, inclusive em depósitos em nome de câmbio, e em depósitos em nome de câmbio utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: As operações pós-fixadas são registradas pelo valor atualizado, exceto as "pro-rata" dia até a data do balanço. (d) Operações de crédito e outros créditos operacionais com características de concessão (crédito): Registradas a valor presente, calculadas "pro-rata" dia com base na variação do índice de taxa de juros pactuados. Para as operações de crédito é realizado o "acru-rá" dia até o 59º dia do ciclo e a partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso há mais de 180 dias, classificadas com "rating" "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de recuperação, não sendo figuradas no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação e, no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são integralmente provisionadas; os ganhos são reconhecidos na receita



BANCO IBM S.A.

Carta Patente 330.0599/76
CNPJ 34.270.520/0001-36

sobre autos de infração para os quais a administração e seus consultores jurídicos internos e externos entendem que os mesmos não são aplicáveis e têm expectativa de perda remota, exceto pelo processo relativo a CSLL com depósito judicial no valor de R\$ 6,3 milhões (2016 - R\$ 6,1 milhões), cujo o risco de perda está classificado como possível. (c) A diferença refere-se, principalmente, ao valor de R\$ 605 depositado a maior em agosto de 2012, acrescida da atualização monetária no período. A Administração, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, quando a probabilidade de perda é possível, não constitui provisões para contingências. Os processos relevantes avaliados como risco de perda possível, não provisionados, referem-se primordialmente a processos civis sobre danos morais e materiais e montam a R\$ 339 (2016 - R\$ 768). 16. **Partes relacionadas:** O Banco IBM S.A. tem como controladora direta a IBM Participações Ltda. que por sua vez tem a IBM Global Financing Brasil Administração e Serviços Ltda. como sua controladora direta. O Banco IBM mantém com IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, as seguintes transações: (a) Contratação de prestação de serviços e aluguel de imóvel (Nota 17); (b) Obrigações por compra de máquinas e equipamentos para operações de arrendamento (Nota 11); (c) Captação de recursos por meio da emissão de certificados de depósito bancário (Nota 10). 17. **Despesas administrativas:** Referem-se, majoritariamente, a valores a pagar à IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda pela prestação de serviços de assessoria administrativa, financeira, fiscal e societária, bem como aluguel do imóvel. O pagamento pela prestação de serviços e aluguel é mensal, segundo o contrato vigente. O total das despesas registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 montou a R\$ 25.850 (2016 - R\$ 23.310) e está classificado na demonstração de resultado na rubrica de despesas administrativas.

18. **Outras receitas/despesas operacionais:** Outras receitas e outras despesas operacionais do semestre e exercícios, estão compostas como segue:

	2º Semestre de 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2017	2016
Reversão de provisão para contingências	2.821	2.821	6.042
Atualização monetária	852	1.947	3.179
Ajustes operacionais	714	714	283
Outros	262	628	9.504
	4.649	6.110	9.504
	2º Semestre de 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2017	2016
Despesa com comissões e juros por atraso	(17.702)	(18.426)	(4.187)
Ajustes operacionais	(2.806)	(6.285)	(3.272)
Provisões para contingência		(361)	(2.475)
Baixas contábeis	(1.954)	(2.118)	(5)
Outros	1.298	(1.467)	(428)
	(23.756)	(28.657)	(10.367)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Felipe Matteucci Melo
Diretor Presidente

Tatiana Acolet
Diretora Financeira e Diretora Tesoureira

Marco Antônio da Rocha Tristão Júnior
Diretor Operacional

Alberto Julio Rangogni
Diretor Superintendente

Robson Luiz Bezerra - Contador - CRC RJ-083476/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Banco IBM S.A.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco IBM S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco IBM S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião com ressalva: Não reclassificação da provisão para superveniência/insuficiência para os ativos circulante e realizável a longo prazo:** O Banco registra as operações e elabora as suas demonstrações financeiras em observância às práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja registrado como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificado no ativo permanente (Notas 2(e), 2(h) e 5). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.093/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Concluimos que as outras informações apresentam distorção relevante, pela mesma razão mencionada na seção intitulada "Base para opinião com ressalva". **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018
Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0